



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 13, DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o processo PROJETO DE LEI DO SENADO nº487, de 2015, do Senador Romário, que Regula o exercício profissional de Geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia a atribuição de determinar a competência profissional dos geofísicos, dos físicos, dos geólogos e dos engenheiros-geólogos.

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy

RELATOR: Senador Paulo Paim

26 de Abril de 2017



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SF/17173.79357-48

PARECER N° , DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 487, de 2015, do Senador Romário, que *regula o exercício profissional de Geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia a atribuição de determinar a competência profissional dos geofísicos, dos físicos, dos geólogos e dos engenheiros-geólogos.*

RELATOR: Senador PAULO PAIM

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 487, de 2015, de autoria do Senador Romário, que *regula o exercício profissional de Geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia a atribuição de determinar a competência profissional dos geofísicos, dos físicos, dos geólogos e dos engenheiros-geólogos.*

Ao regulamentar a citada profissão, a proposição conceitua a geofísica no § 1º do art. 1º, além de estabelecer no § 2º do art. 1º que a aplicação de princípios físicos para o estudo da terra compreende a geofísica do petróleo; a geofísica de águas subterrâneas; a geofísica de exploração mineral; a geofísica aplicada à geotecnologia; a sismologia – terremotos e ondas elásticas; a geotermometria – aquecimento da terra; a oceanografia física, meteorologia, gravidade e geodésica – campo gravitacional e formal da terra; a eletricidade atmosférica e magnetismo terrestres, inclusive ionosfera e correntes telúricas; a geofísica da terra sólida.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Por sua vez, o art. 2º do PLC fixa os requisitos para o exercício da profissão de geofísico.

O art. 3º registra que deve ser aplicado “aos geofísicos, aos físicos, aos geólogos e aos engenheiros-geólogos, que nos termos do inciso I do art. 2º, exerçam a função de geofísico, o disposto na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e na Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985”.

O art. 4º impõe o prévio registro no órgão de fiscalização profissional para que o geofísico possa exercer seu mister.

Já o art. 5º da proposição informa que “o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea determinará, ouvidos os profissionais envolvidos, a competência profissional de geofísicos, físicos, geólogos e engenheiros-geólogos”.

O art. 6º assegura que as competências e garantias atribuídas aos geofísicos não prejudicam os direitos e prerrogativas conferidos a outros profissionais pela legislação que lhes é específica.

Por fim, o art. 7º encerra a cláusula de vigência.

O autor do Projeto, em sua justificativa, consigna que “a presente iniciativa tem como objetivo a regulamentação da profissão de geofísico. Esta categoria necessita, com urgência, de reconhecimento na legislação profissional brasileira. Ocorre que, dentro da nova realidade do mercado de trabalho, há uma crescente demanda por serviços de Geofísica, aplicada à prospecção de petróleo e a questões ambientais e geotécnicas (...).

Apesar desse cenário de oportunidades, os profissionais formados enfrentam uma série de dificuldades. Em especial, falta-lhes o respaldo legal capaz de lhes permitir a competição, em condições de igualdade, no mercado de trabalho, seja no momento da inserção ou da preservação dos empregos”.

SF/17173.79357-48



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SF/17173.79357-48

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa.

Até o momento, não houve a apresentação de emendas.

II – ANÁLISE

Consoante se infere do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar proposições que versem sobre relações de trabalho, bem como condição para o exercício de profissões.

Além disso, a competência legislativa para disciplinar a matéria é privativa da União, à vista do art. 22, I e XVI, da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência do aludido ente federativo, nos termos do art. 48, *caput*, da Carta Magna.

Analizando a proposição em referência, vislumbramos, inicialmente, obstáculos constitucionais e jurídicos para sua aprovação, no que concerne ao art. 5º.

Com efeito, à luz do art. 84, VI, “a”, da Carta Magna de 1988, compete privativamente ao Presidente da República “dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos”.

Nessa toada, o comando legal contido no art. 5º do Projeto, que obriga o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) a determinar a competência profissional de geofísicos, físicos, geólogos e engenheiros-geólogos, acaba, de certa forma, interferindo na organização interna do Poder Executivo, o que implica grave violação ao princípio da separação dos poderes, na medida em que os Conselhos, por terem a natureza jurídica de autarquias, integram a Administração Pública.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Conquanto assim não fosse, a redação do art. 5º revela-se inócua, já que a Constituição confere ao Confea a possibilidade de regulamentar a legislação.

Deveras, muito embora a edição de regulamento para fiel execução da Lei seja de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, é indiscutível que diversos órgãos e entes da Administração Pública (aqui incluídos os Conselhos Profissionais) exercem o poder normativo por meio de normas infralegais (portarias, resoluções, circulares, orientações, instruções etc.). Tais normas secundárias também têm o condão de especificar e complementar as normas primárias, donde se conclui que o referido Conselho Profissional pode delimitar o rol de competências das profissões por ele fiscalizadas.

Sob essa ótica, o art. 5º, por ser desnecessário, afigura-se injurídico, motivo por que propomos, ao final, a aprovação de emenda modificativa ao art. 5º para estabelecer que a competência profissional dos Geofísicos são aquelas relacionadas com o disposto no art. 1º do PLS, competindo ao Confea, se for o caso, apenas a expedição de resoluções complementares ao fiel cumprimento da Lei.

Quanto à possibilidade de regulamentação da profissão de geofísico, a Carta Política de 1988 dispõe, em seu art. 5º, XIII, que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

A regra, portanto, é ampla liberdade para exercer qualquer profissão, sem a necessidade de prévia regulamentação por parte do poder público. Todavia, algumas profissões, mormente aquelas ligadas aos campos do direito, da saúde, da educação e da segurança, devem, em razão de sua potencialidade lesiva ao interesse público, ser regulamentadas.

Sobre o tema, já há manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo o qual *“a questão da liberdade profissional e a regulação normativa de seu exercício - parâmetros que devem conformar a ação legislativa do estado no plano da regulamentação profissional: (a) necessidade de grau elevado de conhecimento técnico ou científico para o*

SF/17173.79357-48



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SF/17173.79357-48

desempenho da profissão e (b) existência de risco potencial ou de dano efetivo como ocorrências que podem resultar do exercício profissional” (RE 635023 ED, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 13/12/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-030 DIVULG 10/02/2012 PUBLIC 13/02/2012).

Nesse cenário, pensamos que a função de geofísico exige, em virtude de sua especificidade, alto grau de conhecimento técnico ou científico. A par disso, a ausência de regulamentação pode implicar danos incalculáveis à sociedade, porquanto o citado profissional atua nas áreas da sismologia, da geotermometria e da meteorologia, donde sobressai importante para evitar ou minorar os efeitos de desastres naturais.

Demais disso, o geofísico atua em áreas estratégicas da economia nacional, a exemplo dos ramos da geofísica do petróleo e da exploração mineral.

Assim, em razão das peculiaridades que norteiam a referida profissão, a regulamentação proposta tornará o mercado mais competitivo, não se concebendo que tão importante profissão seja exercida por trabalhador sem formação qualificada.

Se isso não bastasse, convém informar que a profissão de geofísico consta da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que retrata a realidade das profissões em âmbito nacional. Ou seja, o próprio Governo já identificou e reconheceu a aludida função profissional, restando apenas sua regulamentação pelo Parlamento.

Sob essa perspectiva, o Projeto é meritório, estando em conformidade com os valores sociais do trabalho.

De mais a mais, a regulamentação ora proposta não implica reserva de mercado em favor dos geofísicos, uma vez que não exclui o exercício de atividades desempenhadas por outros profissionais que atuam em áreas similares ou afins. É o que se infere da redação do art. 6º do Projeto.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Além disso propomos alterações no art. 2º do PLS a fim de compatibilizar sua redação em vários aspectos. Um deles é o grande número de graduados em ciências exatas, como por exemplo os engenheiros, que concluíram a pós-graduação em geofísica, seja a nível de mestrado ou doutorado em nosso País, e é legítimo que esses profissionais sejam reconhecidos e possam atuar na geofísica, uma vez que se prepararam em universidades e contribuíram para o desenvolvimento deste ramo da ciência em nosso País, reconhecendo-se, portanto, o critério da meritocracia.

Por fim, além da emenda modificativa ao art. 5º, verificamos a necessidade de apresentação de emendas de redação no que respeita ao “caput” do art. 1º e ao inciso VII do § 2º do art. 1º, com o intuito de inserir uma vírgula após a expressão “em todo o Território Nacional”, a fim de isolar o adjunto adverbial, e retificar a palavra “meterologia”, que, na verdade, deve ser grafada como “meteorologia”.

III – VOTO

Posto isso, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2015, na forma das seguintes emendas:

EMENDA Nº _____ - CAS

(ao PLS nº 487, de 2015)

Dê-se ao “caput” do art. 1º e ao inciso VII do § 2º do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 1º** É livre, em todo o Território Nacional, o exercício da profissão de geofísico, observadas as disposições desta Lei.

.....
.....
.....

§ 2º

.....
.....
.....

VII – oceanografia física, meteorologia, gravidade e geodésica
– campo gravitacional e formal da terra;

.....” (NR)

SF/17173.79357-48



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

EMENDA N° - CAS
(ao PLS nº 487, de 2015)

O art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2015, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º

I - ao portador de diploma de graduação em Geofísica, Física, Geologia, Engenharia Geológica e ao graduado em ciências exatas com titulação de mestrado ou doutorado em geofísica, expedido por instituição de ensino oficial ou reconhecida pelo Ministério da Educação;

II - ao portador de diploma de graduação em Geofísica expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino superior, depois de revalidado de acordo com a legislação em vigor;

III - ao profissional de nível superior na área das ciências exatas que, comprovadamente, exerça a atividade de Geofísico há pelo menos dois anos ininterruptos no Brasil e que requeira o respectivo registro no prazo de um ano, a contar da data da publicação desta Lei;

IV - ao graduado na área das ciências exatas que possua pós-graduação a nível de mestrado ou doutorado em geofísica, com diploma expedido por instituição de ensino oficial do Brasil e reconhecida pelo Ministério da Educação, ou com diploma expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino superior, depois de revalidado de acordo com a legislação em vigor, que requeira o respectivo registro no prazo de um ano, a contar da data da publicação desta Lei.” (NR)

EMENDA N° - CAS

(ao PLS nº 487, de 2015)

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 5º Compete aos geofísicos, físicos, geólogos e engenheiros-geólogos o exercício de todas as atividades profissionais relacionadas com a geofísica e os ramos desta profissão que estão relacionados no § 2º do art. 1º.

SF/17173.79357-48



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SF/17173.79357-48

Parágrafo único. Aos profissionais relacionados neste artigo compete a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Relatório de Registro de Presença
CAS, 26/04/2017 às 09h - 8ª, Extraordinária
Comissão de Assuntos Sociais

PMDB		
TITULARES	SUPLENTES	
HÉLIO JOSÉ	PRESENTE	1. GARIBALDI ALVES FILHO
WALDEMAR MOKA	PRESENTE	2. VALDIR RAUPP PRESENTE
MARTA SUPLICY	PRESENTE	3. ROMERO JUCÁ
ELMANO FÉRRER		4. EDISON LOBÃO
AIRTON SANDOVAL	PRESENTE	5. ROSE DE FREITAS PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		
TITULARES	SUPLENTES	
ÂNGELA PORTELA	PRESENTE	1. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN
PAULO PAIM	PRESENTE	3. JOSÉ PIMENTEL
PAULO ROCHA	PRESENTE	4. JORGE VIANA
REGINA SOUSA	PRESENTE	5. LINDBERGH FARIAS

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)		
TITULARES	SUPLENTES	
DALIRIO BEBER	PRESENTE	1. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	2. RICARDO FERRAÇO
RONALDO CAIADO	PRESENTE	3. JOSÉ AGRIPIINO
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)		
TITULARES	SUPLENTES	
SÉRGIO PETECÃO		1. OTTO ALENCAR PRESENTE
ANA AMÉLIA	PRESENTE	2. WILDER MORAIS PRESENTE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)		
TITULARES	SUPLENTES	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	1. ROMÁRIO
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	2. VANESSA GRAZZIOTIN

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		
TITULARES	SUPLENTES	
CIDINHO SANTOS	PRESENTE	1. ARMANDO MONTEIRO
VICENTINHO ALVES	PRESENTE	2. EDUARDO LOPES

Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 487/2015 e Emendas, nos termos do Relatório apresentado.

Comissão de Assuntos Sociais

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HÉLIO JOSÉ (PMDB)	X			1. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)			
WALDEMAR MOKA (PMDB)	X			2. VALDIR RAUAPP (PMDB)	X		
MARTA SUPLICY (PMDB)				3. ROMERO JUCA (PMDB)			
ELMANO FERRER (PMDB)				4. EDISON LOBÃO (PMDB)			
AIRTON SANDOVAL (PMDB)				5. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ÁNGELA PORTELA (PDT)	X			1. FÁTIMA BEZERRA (PT)			
HUMBERTO COSTA (PT)				2. GLEISI HOFFMANN (PT)			
PAULO PAIM (PT)	X			3. JOSE PIMENTEL (PT)			
PAULO ROCHA (PT)				4. JORGE VIANA (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				5. LINDBERGH FARIA (PT)			
TITULARES - Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DALIRIO BEBER (PSDB)	X			1. FLEXA RIBEIRO (PSDB)			
EDUARDO AMORIM (PSDB)	X			2. RICARDO FERRAÇO (PSDB)			
RONALDO CAIADO (DEM)	X			3. JOSE AGRIPIINO (DEM)			
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				4. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				1. OTTO ALENCAR (PSD)	X		
ANA AMELIA (PP)	X			2. WILDER MORAIS (PP)			
TITULARES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LIDICE DA MATA (PSB)	X			1. RÔMARIO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)				2. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)			
TITULARES - Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CIDINHO SANTOS (PR)				1. ARMANDO MONTEIRO (PTB)			
VICENTINHO ALVES (PR)				2. EDUARDO LOPES (PRB)			

Quórum: TOTAL 12

Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

Senador Marta Suplicy
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 26/04/2017

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487, DE 2015

Regula o exercício profissional de Geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia a atribuição de determinar a competência profissional dos geofísicos, dos físicos, dos geólogos e dos engenheiros-geólogos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É livre, em todo o Território Nacional, o exercício da profissão de geofísico, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º Para efeito desta Lei, a Geofísica é definida como o estudo da terra mediante métodos físicos quantitativos, especialmente os de reflexão e refração sísmicas, gravimétricos, magnetométricos, elétricos, eletromagnéticos e radioativos.

§ 2º A aplicação de princípios físicos para o estudo da terra de que trata o parágrafo anterior compreende os seguintes ramos da Geofísica:

I – geofísica do petróleo;

II – geofísica de águas subterrâneas;

III – geofísica de exploração mineral;

IV – geofísica aplicada à geotecnia;

V – sismologia – terremotos e ondas elásticas;

VI – geotermometria – aquecimento da terra;

VII – oceanografia física, meteorologia, gravidade e geodésica – campo gravitacional e formal da terra;

VIII – eletricidade atmosférica e magnetismo terrestres, inclusive ionosfera e correntes telúricas;

IX – geofísica da terra sólida.

Art. 2º O exercício da profissão de geofísico é permitido:

I - ao portador de diploma de graduação em Geofísica, Física, Geologia, Engenharia Geológica e ao graduado em ciências exatas com titulação de mestrado ou doutorado em geofísica, expedido por instituição de ensino oficial ou reconhecida pelo Ministério da Educação;

II - ao portador de diploma de graduação em Geofísica expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino superior, depois de revalidado de acordo com a legislação em vigor;

III - ao profissional de nível superior na área das ciências exatas que, comprovadamente, exerce a atividade de Geofísico há pelo menos dois anos ininterruptos no Brasil e que requeira o respectivo registro no prazo de um ano, a contar da data da publicação desta Lei;

IV - ao graduado na área das ciências exatas que possua pós-graduação a nível de mestrado ou doutorado em geofísica, com diploma expedido por instituição de ensino oficial do Brasil e reconhecida pelo Ministério da Educação, ou com diploma expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino superior, depois de revalidado de acordo com a legislação em vigor, que requeira o respectivo registro no prazo de um ano, a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 3º Aplica-se aos geofísicos, aos físicos, aos geólogos e aos engenheiros-geólogos, que, nos termos do inciso I do art. 2º, exerçam a função de geofísico, o disposto na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e na Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985.

Art. 4º É requisito para exercer a profissão de geofísico, nos termos desta Lei, o registro do profissional no órgão fiscalizador da respectiva Unidade Federativa.

Art. 5º Compete aos geofísicos, físicos, geólogos e engenheiros-geólogos o exercício de todas as atividades profissionais relacionadas com a geofísica e os ramos desta profissão que estão relacionados no § 2º do art. 1º.

Parágrafo único. Aos profissionais relacionados neste artigo compete a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Art. 6º As competências e garantias atribuídas por esta Lei aos geofísicos são concedidas sem prejuízo dos direitos e prerrogativas conferidos a outros profissionais pela legislação que lhes é específica.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2017.

Senadora **MARTA SUPLICY**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

DECISÃO DA COMISSÃO
(PLS 487/2015)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487, DE 2015, E AS EMENDAS NºS 1-CAS A 3-CAS.

26 de Abril de 2017

Senadora MARTA SUPLICY

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais